CAMURÇA, MARCELO. *ESPIRITISMO E NOVA ERA: INTERPELAÇÕES AO CRISTIANISMO HISTÓRICO*. APARECIDA, SP: EDITORA SANTUÁRIO, 2014.

Gabrielle Bazacas Cabral¹
Nicole Kunze Rigon²

A obra de autoria do antropólogo Marcelo Camurça é composta por oito capítulos baseados em artigos que exploram de modo detalhado e competente as múltiplas transversalidades e equivalências entre Catolicismo, Espiritismo e Nova Era, atentando prioritariamente para a disputa entre os objetivos particulares de cada doutrina: de um lado a Igreja Católica buscando preservar sua hegemonia e, do outro, tanto o Espiritismo quanto a Nova Era buscando sua legitimação. Embora trate das tensões religiosas em diferentes contextos, possui um teor, como afirma o autor, mais particularista e empírica dos casos observados na região de Juiz de Fora (MG), cidade natal do autor. O livro organiza-se em dois blocos, sendo que, no primeiro, foram incluídos textos que discorrem acerca da relação entre Espiritismo e Catolicismo e, no segundo, encontram-se os artigos sobre a relação entre Nova Era e Catolicismo.

No capítulo que dá início à obra, *Diálogo e comparação entre os conceitos de ressurreição e reencarnação no Catolicismo e Espiritismo*, o autor dedica-se a ponderar as equidistâncias e/ou incomensurabilidades entre as concepções de reencarnação e ressurreição, conceitos basilares para as doutrinas católica e espírita, assim como as incompreensões na apreciação mútua entre os princípios das doutrinas antagonistas. Camurça inicia o capítulo apresentando o contexto histórico de advento do Espiritismo ao Brasil no

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: gabriellebcabral@gmail.com

² Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: nirigon@gmail.com

começo do século passado e o corrente clima de tensão que foi estabelecido frente à iminente perda do protagonismo católico na cena religiosa do país que, como mecanismo de defesa, passou a classificar o Espiritismo como herético e este, por sua vez, também vinha desenvolvendo suas críticas ao catolicismo tradicional com um discurso cientificista.

A condenação à crença da reencarnação respaldada pelo argumento de que junto a ela se apresenta “[...] um *fatalismo* e um *conformismo existencial*, expresso na inevitabilidade do “Carma” [...]” (p. 27, grifos do autor) é um dos principais ataques da Igreja Católica frente aos espíritas. A crítica dos espíritas aos católicos fica por conta das ideias destes no que diz respeito à condenação dos fiéis e à punição dos pecados. Acerca da comunidade de diferenças entre as doutrinas, o Catolicismo – *religião de salvação* – é visto como Cristianismo Histórico, sucessor das primeiras comunidades cristãs, e o Espiritismo – *religião de aperfeiçoamento* – como uma reinterpretação moderna do Cristianismo, com a agregação de fenômenos paranormais, como as cartas psicografadas.

Segundo o autor, “[...] apenas a perspectiva da comparação, articulada ao diálogo convergente, pode apresentar-se como via de ultrapassagem dos impasses” (p. 42), ou seja, para que fosse possível uma aproximação entre os pensamentos religiosos, seria necessário “[...] decodificar por aproximação a verdade da crença do outro para a sua” e que por esse mecanismo, “[...] o bizarro torna-se familiar e, assim, percebe-se a existência de afinidades na diversidade” (p. 39). Camurça conclui afirmando que a questão-chave para entender as diferenças e semelhanças entre as crenças é a de que elas “[...] diferem entre si apenas enquanto modalidades, manifestações de se acercar de um transcendente ‘sempre maior’, cada uma com suas argumentações, coerência interna e questões de plausibilidade” (p. 41).

O segundo capítulo – *A modernidade do Espiritismo ante o tradicionalismo católico nas primeiras décadas do século XX em Juiz de Fora* – aborda, através de um amplo e detalhado estudo histórico, o impasse entre a tendência moderna do Espiritismo e a do tradicionalismo Católico, no início do século XX, em Juiz de Fora, bem como a persistente batalha pela manutenção

da hegemonia católica versus a busca pela consolidação e legitimação do Espiritismo. O caráter urbano atribuiu ao Espiritismo a característica de “elemento de adaptação do homem brasileiro à vida urbana” (Camargo, 1997, p. 3 apud Camurça, 2014, p. 48) e isso fez com que o Espiritismo construísse paulatinamente sua base social entre as camadas médias letradas e se consolidasse em Juiz de Fora como uma “doutrina espírita positiva”. Essa doutrina foi se expandindo através de jornais e periódicos, como a *Revista Espírita* e o jornal *O Reformador* e, além disso, através de conferências e palestras, por meio das quais chegou ao ápice do processo de difusão próximo da década de 30. Essa expansão foi possível pois, nas primeiras décadas do século XX, o Catolicismo estava empenhando seus esforços no combate ao protestantismo. Somente a partir dos anos 40 que deram início aos movimentos condenatórios à “heresia espírita”.

A reação católica ao movimento de diversificação do campo religioso no Brasil, que surgiu com o advento da República, foi o processo de *romanização*, um “[...] movimento que visava disciplinar e uniformizar o Catolicismo [...] e retomar [...] o domínio católico sobre a sociedade brasileira” (p. 58) e que era liderado pela elite do episcopado nacional vinculado a Roma. O autor conclui que, ainda que muitos esforços tenham sido empenhados, o Catolicismo romanizado não foi bem sucedido em sua tentativa de restabelecer sua hegemonia, tampouco o Espiritismo conseguiu provar sua superioridade científica, embora tenha conseguido uma conquista de grande importância, que foi a garantia de que a crença pudesse ser exercida com liberdade no país, tendo o “advento da República como salvaguarda à liberdade religiosa” (p. 79).

No terceiro capítulo do livro, *A Carta Pastoral de Dom Justino e o “Juramento de fidelidade à Igreja”: Instrumentos de controle dos católicos e de combate ao Espiritismo*, o autor empenha-se em refazer a trajetória de condenações e conflitos entre a Igreja Católica e o Espiritismo, através de uma análise mais detalhada das implicações da Carta Pastoral de Dom Justino (1957) e do Juramento de Fidelidade à Igreja, importantes documentos na ofensiva católica contra o Espiritismo em Juiz de Fora, que serviram como instrumentos da hierarquia para controle dos fiéis católicos e de combate ao Espiritismo

dentro do contexto da romanização. Com um notável tom de autoridade e de controle, as peças eram bastante categóricas quanto à incompatibilidade entre as doutrinas, exigindo dos fiéis uma definição exclusiva de identidade religiosa e inclusive impondo sanções para aqueles que aderissem ao Espiritismo.

O medo da perda da exclusividade que havia motivado o movimento de romanização foi atenuado pela “[...] capacidade de permanência de um Catolicismo [...] sob a dinâmica sincrética de um ‘duplo pertencimento’” (p. 90), ou seja, embora os católicos não houvessem cedido às investidas da Igreja para moldá-los à romanização e estivessem transitando entre outras religiões, os mesmos não haviam também deixado de frequentar a Igreja como forma de credo complementar às outras religiões que aderiam. Mesmo que se estivesse passando por um clima de tensão e disputa religiosa, os adeptos transitavam de um culto ao outro sem ver grandes problemas nisso, evidenciando que a disputa religiosa era prioritariamente institucional.

O último capítulo do bloco sobre as interpelações entre Catolicismo e Espiritismo, *Competição Religiosa entre Catolicismo e Espiritismo através de suas obras sociais na cidade de Juiz de Fora*, visa a discutir as interfaces da competição religiosa e está centrado na questão da caridade enquanto mecanismo de afirmação e promoção das doutrinas através da análise das iniciativas de ambas na constituição de obras filantrópicas em Juiz de Fora. As obras filantrópicas foram utilizadas pelas doutrinas objetivando alcançar visibilidade e reconhecimento na sociedade, bem como “[...] consolidar-se perante ao Estado e a sociedade civil como competentes na prática dessa ‘utilidade pública’” (p. 96). No Espiritismo, a prática da caridade era exercida através da mediunidade para fins de cura com “[...] vasta ação assistencial aos ditos inválidos da sociedade [...]” (p. 96) e, através disso, “[...] o Kardecismo logrará granjear uma reputação de normalidade e respeitabilidade na sociedade, que o credenciará a um reconhecimento pelo Estado, que o viu com bastante suspeita em seu nascedouro” (p. 97). O Catolicismo, por sua vez, “reivindicando-se a religião da nação” (p. 97), adquiriu benefícios do Estado e com isso uma posição privilegiada para promover suas ações

filantrópicas junto às massas desfavorecidas e, desse modo, consolidar sua imagem de benevolência e conservar sua hegemonia ideológica.

Sobre a ação social, Camurça afirma que o que se faz pelos indivíduos e a mobilização social junto a eles são ações decisivas na conquista de adeptos e no grau de adesão destes à religião (p. 101-102). Assim sendo, as obras de caridade espíritas respaldaram a conquista do respeito ao Espiritismo, bem como o reconhecimento e a popularidade do movimento em Juiz de Fora. A própria Federação Espírita Brasileira reconhece que o resultado positivo no crescimento da aceitação da doutrina tem fundamento na prática de suas curas espirituais. O Catolicismo, devido à estratégia de romanização, utilizava as obras sociais como, nas palavras do autor, uma “máquina de guerra” contra as religiões emergentes no país, mas teve seus princípios ressignificados após o Concílio do Vaticano II e, desse modo, “[...] passou a incorporar em seu ideário conceitos de conjunção para com a alteridade religiosa, como Ecumenismo e Diálogo Inter-Religioso” (p. 119).

No primeiro capítulo da segunda parte do livro, *A Nova Era e o Cristianismo Histórico*, a partir da perspectiva comparativa da interpelação recíproca, o autor aborda as relações entre Nova Era e Cristianismo, que, ao interpelarem-se, passam a trazer para si características da outra religião a fim de potencializar suas próprias características que estão latentes, bem como doar características para potencializar dimensões da outra religião (p. 140). Com esse propósito, o autor começa apontando características importantes da Nova Era e sua relação com a crise da modernidade: enquanto a modernidade prima pela divisão, pelo materialismo, pela racionalidade e exterioridade, a Nova Era caracteriza-se pelo holismo, espiritualismo, conhecimento intuitivo e pela interioridade. Como crítica, a Nova Era rejeita o modelo institucional de religião, apontando a influência da modernidade no Cristianismo, que o afastou da sensibilidade e da experiência mística. A Nova Era também critica a ideia cristã de sofrimento que conduz à salvação, enquanto acredita que a expansão da consciência é o que conduzirá à iluminação. Da mesma forma, o Cristianismo critica a Nova Era por não considerar a salvação e a graça divina, nem o mal e o pecado, e por considerar o sofrimento um erro do

apego material. No final do capítulo, o autor aponta as contribuições que a Nova Era pode oferecer ao Cristianismo: a valorização da experiência subjetiva e da individualidade que são pouco vistas no caso cristão, caracterizado pela socialização; a dimensão holística da Nova Era retoma a discussão sobre a dimensão antropocêntrica do Cristianismo, assim como levanta questões sobre os esquemas dualistas; a despeito da racionalidade cristã, passa-se a valorizar o afetivo e o intuitivo presente nas experiências da Nova Era.

No capítulo 6, *A Nova Era diante do Cristianismo histórico: interlocutor ou objeto de estudo?*, o autor comenta a dificuldade do estabelecimento de diálogo entre essas duas religiões, apontando que ambas conceituam “diálogo” de uma forma diferente. Enquanto os *new agers* afastam o diálogo em favor das práticas e estabelecem em seu campo dialógico nas redes de pessoas que se encontram nos fóruns de vivência compartilhada, para os cristãos, o diálogo ocorre apenas com os interlocutores que são considerados credibilizados, isto é, o diálogo inter-religioso e ecumênico se dá apenas com religiões que são consideradas históricas, que possuem fundador, doutrina e corpo sacerdotal, e, por isso, seriam dotadas de identidade (p. 152). Dessa forma, a Nova Era – que considera o histórico como limitador das possibilidades e o cósmico como maneira de abrir a mente – é desqualificada pelos cristãos como um interlocutor para o diálogo inter-religioso. Apesar disso, os cristãos consideram a Nova Era como objeto de análise e assunto pastoral. A Igreja Católica reconhece a Nova Era como fenômeno social e cultural, por isso a torna objeto de análise através de uma abordagem teórica das Ciências Sociais que oferece chaves explicativas para o fenômeno. Por outro lado, a Nova Era é vista como assunto pastoral na medida em que a Igreja cria instituições para lidar com a realidade da presença crescente da Nova Era na sociedade brasileira, vista, em geral, como uma ameaça a se combater convertendo seus adeptos ao cristianismo. Para o autor, a chave para o diálogo entre cristãos e *new agers* encontra-se na interpelação recíproca “[...] que combine os níveis de pertença com os de troca” (p. 161).

Em continuidade aos capítulos anteriores, em *A influência da Nova Era na Igreja Católica e o Holismo da Teologia de Leonardo Boff e Frei Betto*,

o autor propõe-se a encontrar os indicadores empíricos de que a Nova Era está sendo assimilada nas práticas e crenças dos católicos (p. 174). Segundo ele, a Igreja Católica, tanto nos seus setores conservador e progressista, tem se esforçado para demarcar as fronteiras entre Cristianismo e Nova Era, além de estabelecer incompatibilidades entre as doutrinas. A perspectiva de demarcação é adotada buscando preservar o Cristianismo de uma apropriação pela Nova Era, pois esta é considerada corrosiva à fé cristã, sendo necessária a adoção de uma atitude defensiva. Como indicadores da presença da Nova Era no Cristianismo, Camurça aponta a inclusividade católica, na qual os próprios católicos sincretizam, através de suas práticas, elementos da Nova Era; o Catolicismo Nova Era, liderado por Paulo Coelho; a vertente crística da Nova Era, que se caracteriza por uma apropriação de elementos cristãos pela Nova Era. Essa vertente, cujo principal expoente é o sacerdote Lauro Trevisan, atrai também um bom número de cristãos. Outro indicador apontado pelo autor é o caso dos teólogos Leonardo Boff e Frei Betto, que são influenciados pelas ideias da Nova Era.

Conforme o autor, Leonardo Boff e Frei Betto passam a produzir diferentes reflexões teológicas por dois motivos: por seus percursos biográficos e pela crise da Teologia da Libertação. No primeiro caso, temos a saída de Leonardo Boff do sacerdócio, o que motivou experimentações e combinações heterodoxas e autônomas. Boff critica a instituição Igreja por monopolizar a vivência da espiritualidade e, ainda, é influenciado pela ideia de holismo vinda da Psicologia Transpessoal, na qual a psique individual está embutida numa psique cósmica (p. 185). Frei Betto, por outro lado, não se afasta do sacerdócio, mas empreende uma espécie de *bricolage* ao aliar a suas crenças cristãs o encontro com Deus através da física e da prática de meditação diária. No caso da crise da Teologia da Libertação, que é motivada pela crise do socialismo real e pela busca de um novo paradigma, vemos a renúncia de Boff ao legado do socialismo soviético e ao marxismo, o que não acontece no caso de Betto. Embora Boff tenha ainda uma ligação com a tradição cristã, sua fala não privilegia uma só doutrina, mas a experiência religiosa (p. 194). Ele também é acolhido pela comunidade Nova Era, por sua rejeição

às estruturas institucionais religiosas e a seu percurso religioso nômade. No caso de Betto, vemos uma experiência de abertura do diálogo cristão com a Nova Era. Ambos dialogam com a Nova Era ao ressaltarem a experiência sobre a doutrina, a energia como fator de religação com a totalidade, e também ao distanciarem-se da valorização histórica das religiões. A opção pelos pobres é a causa maior de ambos, utilizando-se da linguagem *new age* e creditando ação transformadora à força espiritual. O autor entende que, a partir das reflexões de Leonardo Boff e Frei Betto, pode estar surgindo uma nova forma de ser Igreja (p. 204).

Em *Devoções católicas na Pós-Modernidade: Das romarias e santuários ao turismo religioso, marketing religioso e altares virtuais*, o autor analisa as práticas católicas (ou devoções) e as transformações que elas passam na cultura contemporânea, entendendo que as devoções são estruturas de longa duração (p. 211). Para isso, ele propõe o exame de quatro tipos de devoções: as aparições marianas, as romarias, o culto dos santos e a prática religiosa regular do catolicismo. No caso das aparições da Virgem Maria cujas mensagens atingiam principalmente os mais pobres, agora se voltam para as camadas médias com apropriação por grupos *new age*. Além disso, destaca-se a mediação através do movimento carismático que leva o fenômeno para a cultura de massa e para o mercado de bens simbólicos. Disso decorrem as seguintes mudanças: 1) passagem da vidência para a locução interior, na qual a transmissão da mensagem não se dá através de uma visão da Virgem, mas de uma fala desmaterializada; 2) há um desligamento das dinâmicas locais e uma introdução de práticas de origem carismática, e 3) difere-se da posição oficial da Igreja, que recorre à ciência para atestar a sanidade dos videntes e devotos, bem como para provar o milagre.

No caso das romarias e peregrinações, para o autor, esses fenômenos são sucedidos pelo turismo religioso e pelas peregrinações do *self*. No primeiro caso, entende-se turismo religioso como uma experiência religiosa, que, junto com a atividade turística, é “mediada por elementos mercadológicos e de consumo” (p. 214). Já nas peregrinações do *self*, cujo caso clássico é o Caminho de Santiago de Compostela, existe uma desvinculação das

instituições religiosas e o peregrino está em busca de autoconhecimento, diferenciando-se das peregrinações católicas, cuja principal motivação é a busca de uma graça ou o pagamento de uma promessa. Outra mudança apontada pelo autor está no culto aos santos, atualmente realizado em altares virtuais na internet. Em relação às práticas religiosas dos católicos, o autor aponta para um aumento da presença católica na mídia. Além disso, incorporam-se práticas da “vida laica moderna” (p. 219) às práticas religiosas, enfatizando-se valores conservadores em oposição aos valores “mundanos”. Há ainda a utilização de técnicas de marketing buscando identificar as necessidades de um público crescente. Apesar de coexistir com o profano, essas práticas são vividas com devoção religiosa e, por isso, de uma forma não consumista. Em conclusão, os estudos sobre catolicismo não podem deixar as interações com outros campos religiosos e sua relação com o espaço público e as tecnologias.

Em seu empreendimento teórico, Marcelo Camurça não se prende apenas em falar de uma religião, mas faz um trabalho de grande importância ao demonstrar que as religiões não estão isoladas, mas que interagem e suas interpelações são capazes de destacar aspectos que pareciam escondidos em uma primeira análise. Explorando o aspecto transitório e variável das complexas interações inter-religiosas que se configuram ao longo do tempo e em diferentes contextos, o autor traz para a arena religiosa primeiramente o confronto entre o Catolicismo, religião hegemônica já historicamente consolidada, e analisa suas estratégias, transformações e (re)interpretações frente ao advento do Espiritismo, no século XIX e, mais recentemente, perante o surgimento de uma alternativa às religiosidades institucionalizadas, a Nova Era, no século XX. Tanto o Catolicismo quanto o Espiritismo e a Nova Era estão constantemente sendo impelidos a pôr suas crenças em questão e ressignificá-las a partir das múltiplas interpelações que são ocasionadas pelo diálogo e pela troca entre as religiosidades e aqueles que as praticam em um movimento sincrético.

Recebida em: 16/09/2015

Aprovada em: 21/09/2015